

Qualidade do ensino brasileiro: um estudo de caso do Colégio de Aplicação da UFPE a partir da experiência de estágio

Elineide Valdevino dos Santos
UFPE
lilajapa@gmail.com

Resumo: O Brasil possui um histórico inicialmente marcado por uma colonização escravizadora e posteriormente condicionado ao mercado. Em linhas gerais, a educação Brasileira possui um sistema ineficiente que almeja mudanças estatísticas, mas não apresenta uma realidade que avance no suprimento das necessidades e direitos fundamentais do cidadão. O presente trabalho, recorte de uma pesquisa em andamento, objetiva apresentar os resultados obtidos através da observação feita no Colégio de Aplicação da UFPE, fomentar uma discussão sobre as variáveis pertinentes ao ensino de qualidade e levantar alguns questionamentos quanto a educação musical. Abordada qualitativamente a pesquisa realizou um estudo de caso e para coleta de dados utilizou-se como ferramenta metodológica a observação, a entrevista e a análise documental. A volta da música as escolas hoje é um fato decisivo para o progresso da educação musical no Brasil. A reflexão sobre as práticas existentes construídas até então é de fundamental acuidade para traçar uma proposta atuante.

Palavras chave: qualidade do ensino brasileiro; educação musical.

Contextualização

O Brasil possui um histórico inicialmente marcado por uma colonização escravizadora e posteriormente condicionado ao mercado. Pereira e Aguiar (2001), ao abordarem as Políticas Públicas para a Educação Musical apontam como nossa Política Educacional foi condicionada a interesses de terceiros. Dos jesuítas à indústria, a realidade é que a força do trabalho sempre esteve acima do próprio ser humano.

Em linhas gerais, a educação Brasileira possui um sistema ineficiente que almeja mudanças estatísticas, mas não apresenta uma realidade que avance no suprimento das necessidades e direitos fundamentais do cidadão. É fruto dos interesses de uma classe dominante, que reproduz sua ideologia e mostra suas faces (FREIRE, 1996, p.98).

Penna (2001), ao afirmar que a questão educacional no país continua no centro do debate político aponta:

De um lado, a exclusão de um grande contingente de brasileiros do acesso aos direitos sociais elementares e da participação nos processos sociais, políticos e econômicos aponta para a necessidade da educação fundamental como um dos instrumentos capazes de responder às exigências da cidadania, entendida aqui como o atendimento às necessidades básicas de toda a

população (cf. Minto e Muranaka, 1995, p. 58). De outro lado, o processo de reestruturação produtiva em andamento, a globalização da economia e as demandas por mais qualidade e competitividade industrial indicam que “não se concebe mais uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para o país sem se discutir alternativas para a educação” (Oliveira, 1995, p.9). (PENNA, 2001, p. 163)

Diante disso é fomentada uma desigualdade sem limites territoriais ou intelectuais, que percorre as regiões do país apresentando fatores distintos.

Delimitação do problema

Devido a suas peculiaridades, desafios diários e relevância social, o ensino é uma realidade que há muito tempo gera inquietação. Algumas questões pertinentes surgem em meio a experiências obtidas no Ensino Público Brasileiro em Pernambuco através de duas experiências, contrastantes na maioria dos aspectos, concedidas no período da graduação do curso de Licenciatura em Música na Universidade Federal.

Por meio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em parceria com a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) foi possibilitada a Bolsa do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) durante dois anos e meio. A Escola Estadual selecionada foi a Senador Novaes Filho, no bairro da Várzea, Recife-PE. Além de atender aos critérios do Programa, foi escolhida devido aos baixos níveis de IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Por outro lado, através do estágio curricular obrigatório da Licenciatura, foi possível conhecer o CAP (Colégio de Aplicação) da UFPE, também situado na Várzea, é uma referência nacional. Realidade que desperta mais curiosidade quando se fala de qualidade de ensino¹.

Tabela 1: IDEB 2011

Nacional Geral	4,1
Nacional Pública	3,9
EESNF	2,3
CAP	8,1

Fonte: Panorama do IDEB 2011 do 5º ao 9º ano. Fonte: Inep.

¹ O Ideb ocorre desde 2005 a cada dois anos, leva em conta dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho na Prova Brasil. Pesquisas apontam os extremos de desigualdade e o governo traça metas para aumentar cada vez mais esse índice.

O presente trabalho, recorte de uma pesquisa em andamento², objetiva apresentar os resultados obtidos através da observação feita no CAP³ e fomentar uma discussão sobre as variáveis pertinentes ao ensino de qualidade.

Metodologia

Entende-se por métodos de pesquisa possibilidades de caminhos a serem trilhados a fim de alcançar respostas e objetivos da pesquisa (FREIRE, 2010, p.25).

Nessa pesquisa, abordada qualitativamente, foi realizado um estudo de caso no Colégio de Aplicação da UFPE. Essa metodologia implica em uma ⁴pesquisa empírica na qual se investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (YIN apud MERRIAM, 2009, p.40). Nesse caso, o fenômeno será o ensino e o contexto será a escola. Para a coleta de dados utilizou-se como ferramenta metodológica a observação, a entrevista e a análise documental.

Análise Documental

No que tange à análise documental, o CAP disponibiliza em seu website⁵ quatro documentos que regem seu funcionamento. São eles o PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional, atualização de 2012) que “representa a expressão de responsabilidade e autonomia da escola”, o Regimento Interno (Portaria Normativa N01/93) que diz respeito à estrutura organizacional e funcionamento, a Instrução Normativa N01/99 que contém normas e orientações quanto aos procedimentos avaliativos de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental e a Portaria Normativa N06/99 que se refere à designação dos Coordenadores do

² Pesquisa em andamento. Trará uma análise comparativa de dois estudos de caso - Escola Estadual Senador Novaes Filho e Colégio de Aplicação da UFPE - com o objetivo de identificar os acertos e falhas no processo educacional a fim de apontar possibilidades de avanço. O presente trabalho é um recorte desta pesquisa, focando apenas o CAP.

³ Observação realizada pela disciplina Prática do Ensino da Música I – UFPE, no ano de 2013. Tendo como professor orientador da disciplina Rodrigo Luna.

⁴ A case study in an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon within its real-life context, especially when the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident.

⁵ <http://www.ufpe.br/cap/>

Colégio. O exame desses documentos mostra o nível de organização e responsabilidade da Instituição, que são reafirmados no comprometimento da prática educacional.

Descrição do Campo de Pesquisa

Como já dito anteriormente, a observação foi realizada através do estágio curricular obrigatório da Licenciatura, na disciplina Prática de ensino da Música I. Nesta, deve-se assistir pelo menos 40 horas/aula, sendo 20h de disciplinas gerais e 20h de específica e participar de pelo menos 1 Conselho de Classe.

Fundado desde 1958, o CAP possui uma concepção de educação que relaciona autonomia e mediação. Mediante a oferta do Ensino Fundamental II e Médio, tem como razão precípua a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Duas turmas por série, tendo um total de 14 turmas, possui um total de 413 alunos⁶. Segundo o PPPI, são funções dos colégios de aplicação: educação básica; desenvolvimento da pesquisa; experimentação de novas práticas pedagógicas; formação de professores; criação, implementação e avaliação de novos currículos; e capacitação docente. Ainda nesse documento é interessante pensar que os critérios de acesso são seleção pública e por força de lei. Como docentes, 51 efetivos e 6 substitutos e, corpo técnico-administrativo 16. Vale salientar que a maioria dos docentes são pós-graduados. Essa afirmação não valoriza apenas o título, mas, reflete as condições de trabalho, formação continuada e pesquisa da classe.

Tabela 2: Recorte comparativo de 2008-2011.

Ano	Modalidade	Corpo Discente	Retenções	Evasão Escolar	
2008	Fundamental	238	08	3,36%	--
	Médio	162	14	8,64%	
2009	Fundamental	243	11	4,53%	01
	Médio	179	03	1,67%	
2010	Fundamental	241	--	--	02
	Médio	168	05	2,84%	
2011	Fundamental	245	05	2,07%	01
	Médio	168	03	1,78%	

Fonte: Dados retirados do PPPI.

⁶

Dados de março de 2012.

Em relação à infraestrutura, apesar de haver lacunas em sua maioria de manutenção, pode-se dizer que é boa. Possui um terreno 8.400,75m², no qual 4.712,46m² são de área Construída. Divide-se basicamente em Térreo, 1º andar, Recreio aberto e Quadra, cada uma com suas dependências⁷. Vale ressaltar a existência de salas ou laboratórios específicos para as disciplinas, inclusive as artísticas.

No que tange a Estrutura Organizacional reparte-se da seguinte forma.

Tabela 3: Estrutura Organizacional Administrativa

<i>Órgãos Deliberativos e Consultivos</i>	Pleno do Colégio Conselho Técnico-Administrativo (CTA)
<i>Administrativos</i>	Coordenação Geral Secretaria Serviço Disciplinar
Técnicos	Coordenação de Ensino Fundamental e de Ensino Médio Áreas de Estudo Conselhos de classe Serviço de Orientação e Experimentação Pedagógica – SOEP Serviço de Orientação Educacional – SOE Serviço de Orientação e Apoio ao Estagiário – SOAE Biblioteca Juvenil

Fonte: Dados do PPPI.

Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com os três professores de música do Colégio. Duas foram gravadas e transcritas, e uma apenas transcrita, de acordo com a autorização de cada docente. A entrevista abordou o ensino brasileiro, condições de trabalho, formação docente específica, música na escola e relacionamento professor/aluno/escola. Aqui serão expostas e discutidas apenas as questões referentes a esta pesquisa.

Resultados obtidos

⁷

Para maior detalhamento consultar o PPPI.

Por meio dessa investigação constatamos que no CAP há obstáculos assim como qualquer instituição de ensino. Porém, possui qualidades que o diferencia sobremaneira de outras escolas públicas do país. Cabe-nos perguntar quais aspectos o colocam nessa posição de destaque?

Foi possível identificar alguns fatores que contribuem para a consolidação desse referencial de ensino, há um verdadeiro comprometimento dos agentes educacionais envolvidos em busca de proporcionar um ambiente favorável à prática.

Sabe-se que a escola é um ambiente denso devido à diversidade de pensamentos e individualidade do ser humano. Manter um convívio saudável e respeitoso, zelando pela qualidade do ensino requer cooperação entre os personagens envolvidos. Quando no PPPI é relatada a educação que o colégio quer assumir afirma-se a necessidade de conhecer tanto os princípios epistemológicos da aprendizagem, porque sem eles não é possível promovê-la, quanto aos seus processos sócio afetivos, pois entende-se que o ser humano é mais que o sujeito do conhecimento⁸. Essa compreensão relacional traz uma diferença significativa, por exemplo, considerar o discurso do aluno ou, a partir do momento que o sujeito não reage ao processo, entender que há fatores externos que podem interferir nessa reação.

Um fato relevante na prática do CAP quanto à importância de discurso que os alunos têm é a participação no Conselho de Classe, que ocorre ao fim de cada unidade. A relação entre professores e alunos permite uma discussão sobre as práticas realizadas, não há repressão de expressão ou medo de perseguição. Há uma maturidade no pensamento sobre o ensino. Docentes, alunos e família participam ativamente do processo democrático escolar e esse é um fator determinante. Objetiva-se incentivar e promover o senso crítico, conduzindo os discentes à autonomia.

A palavra educação vem do radical “dvco” (e-duc-ação), significa deixar de ser conduzido. Logo, o professor é aquele que conduz à autonomia. Dessa forma, os papéis são desempenhados com excelência. Isso não quer dizer que a atitude é unânime nos professores, também foi identificado àqueles que não desempenham seu trabalho dentro dessa visão, que possuem comportamentos absurdos do ponto de vista educacional. Os próprios alunos reconhecem e criticam, às vezes são ouvidos, outras não. Ou seja, não se trata de uma estrutura sem falhas, mas, de um nível possível de qualidade.

8

PPPI atualização 2012.

Outra variante nesse cenário é o perfil dos alunos e professores. Atualmente há no Brasil 1 colégio de aplicação vinculado ao Estado, em Londrina, e 16 vinculados as IFES, situados nas cidades de Recife, Aracaju, Natal, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Viçosa, Juiz de Fora, Uberlândia, Goiânia, Florianópolis, Porto Alegre, Rio ranço, Boa Vista, São Luiz e Belém. Dos 17 apenas 2 realizam seleção pública, o de Viçosa e o de Recife. Ter como corpo discente o melhor de uma seleção pode facilitar as práticas propostas visto que a maioria chega pronta para uma interação, ciente do objetivo de estar na escola. Por outro lado, é fato que independente de seleção os outros CAPs funcionam tanto quanto o da UFPE, afirmando mais uma vez que é possível. Vale salientar que não é apenas o perfil do aluno que define a realidade, mas, a estrutura que lhe é proposta.

Quanto aos professores, estão numa posição privilegiada considerando a realidade do país na educação básica. Há uma valorização do profissional, refletida tanto nas condições de trabalho quanto na remuneração por este. O Colégio dispõe de um perfil de professores que em sua maioria possui pós-graduação. A relevância aqui não é de título, mas, na possibilidade de uma formação continuada e desenvolvimento de pesquisas, enriquecendo sua prática.

Em entrevista com os professores de música foi questionado o Sistema Educacional Brasileiro em suas três esferas (federal, estadual e municipal) e as condições de trabalho local (CAP-UFPE). O discurso desses profissionais é um pequeno relato sobre um sistema “falido do Ensino Infantil à Graduação”; da “(...) tentativa do poder público de piorar o ensino público com maior velocidade possível”; relatos de um modelo que “(...) já está bastante surrado e extrapolado, que chegou ao fim, não tem mais o que dar.” A solução seria a federalização de toda a educação, afirmou um deles. Quanto às condições de trabalho, apesar dos problemas de infraestrutura apresentados, há uma satisfação em comum.

É fato que o Colégio de Aplicação da UFPE é uma referência nacional. Com uma estrutura organizacional de qualidade cumpre seu papel educacional, segundo as leis, “de preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho” e, segundo o próprio projeto, de educar considerando o processo de humanização que considere a autonomia e a relação consigo mesmo e com o outro. Ao mesmo passo, ainda utiliza práticas que ferem os princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96, por exemplo, quando realiza seleção de acesso a um ensino que tem por base a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Diante disso surgem questões pertinentes ao ensino brasileiro. Qual o objetivo de se criar “ilhas de excelência” no ensino se não o de alargar o impacto da desigualdade? Por que não expandir essa estrutura ao Sistema Nacional? Por que não é conveniente para a minoria dominante que a população desenvolva o pensamento crítico e descubra a autonomia e a liberdade. O CAP é uma prova de que é possível alcançar uma educação de qualidade no ensino público. Se a nossa realidade é de um “faz de conta”, é por negligência do governo que vivemos essa mazela no país.

Considerações sobre Educação Musical

Diante desse quadro está a Educação Musical que atualmente inicia sua volta às escolas perante a lei. Mateiro (2006) expõe como a educação musical no Brasil passou por uma trajetória lenta e reformista, de 1930 até os dias atuais. No tocante a valorização, o que geralmente se vê na escola é um reflexo dos “valores ideológicos e filosóficos que a educação musical possui para a nossa sociedade. Educação, cultura, arte tornaram-se superficialidades (...)” (MATEIRO, 2006, p.119). É um trabalho árduo a ser enfrentado ante o sistema educacional e sociedade nos quais estamos inseridos, onde há uma visão distorcida sobre o ensino.

No Colégio de Aplicação, mais uma vez, o quadro é diferente. As artes, no geral, possuem sua relevância. Compõem o quadro de professores um de teatro, três de educação artística e três de educação musical. Dispondo de uma sala específica de música e de um bom material de trabalho que possibilita uma ótima prática. Sala com tratamento acústico, um Piano digital, computador com data show fixos, instrumentos de percussão, violões e sala de apoio para guardar material, realidade distante da maioria das escolas públicas brasileiras.

Em entrevista com esses três professores, todos aprovaram as condições de trabalho e afirmaram conseguir realizar as práticas desejadas em sala de aula. A valorização do professor e condições de trabalho contribui sobremaneira em sua prática. “O professor também precisa ter direito ao trabalho integral numa só escola para lhe permitir tempo para preparar e planejar suas aulas, produzir material didático e possibilitar o seu aperfeiçoamento profissional indispensável ao exercício da docência” (Gadotti *apud* PENNA, 2011, p. 151).

Durante o processo de observação, apesar de considerar pouco tempo para conclusões mais efetivas, pode-se constatar em alguns momentos um desinteresse pela aula

por parte dos alunos. Em se tratando de aula de música e sabendo das possibilidades de desenvolver um trabalho dinâmico e musical, infelizmente, as práticas não se apresentavam atrativas. Por outro lado, em aulas mais discursivas havia maior participação dos alunos. Haveria uma atenção maior com a reflexão do que com a prática musical? Apesar de reconhecer a validade do trabalho desenvolvido, considera-se que alguns pontos deveriam ser repensados, visto que a educação musical no Brasil apresenta avanços consideráveis.

Nesse sentido, Couto e Santos (2009) afirma:

“[...] o papel da educação musical na vida escolar dos indivíduos seria o de democratizar o acesso à linguagem musical, a partir de um engajamento dos educadores musicais com uma sólida fundamentação teórica que conduza sua prática nesse ambiente, buscando ações que possibilitem o desenvolvimento perceptivo para as diferentes manifestações musicais que nos cercam” (COUTO; SANTOS, 2009, p.115).

Um aspecto a ser considerado é a prática pedagógica discente. É necessário que o professor recrie-se e atualize-se constantemente a fim de cumprir o papel da educação musical na escola. “O ensino da arte [e da música] precisa se comprometer com o projeto de ampliar o alcance e a qualidade da experiência artística [e musical] do aluno” (PENNA, 2001, p. 165)

Diante disso, alguns questionamentos são levantados. O que pode a Educação Musical no Sistema Educacional Brasileiro? Quais práticas pedagógicas musicais estão sendo aplicadas em nossas escolas? Os cursos de graduação em música estão oferecendo uma formação adequada para a realidade pública do país?

A volta da música as escolas hoje é um fato decisivo para o progresso da educação musical no Brasil. A reflexão sobre as práticas existentes construídas até então é de fundamental acuidade para traçar uma proposta atuante.

Fontes Bibliográficas

COUTO, Ana Carolina Nunes; SANTOS, Israel Rodrigues Souza. Por que vamos ensinar Música na escola? Reflexões sobre conceitos, funções e valores da Educação Musical Escolar. *Opus*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 110-125, 2009.

PEREIRA, V. C. AGUIAR, M. C. C. Políticas Públicas para a Educação Musical: dos Jesuítas à Lei 11.769/2008. X Encontro Regional Nordeste da ABEM. Recife: 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, ed. 28, 1996.

FREIRE, Vanda Bellard (Org.). *Horizontes da pesquisa em música*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MATEIRO, Teresa da Assunção. Educação musical nas escolas brasileiras: retrospectiva histórica e tendências pedagógicas atuais. *Revista Nupeart*, v.4, n.4, p. 115-135, 2006.

MERRIAM, Sharan B. *Qualitative Research: a guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

PENNA, Maura. *Et all*. O ensino de arte que queremos: construção, e não conclusão. In: PENNA, Maura (Coord.) *É este o ensino de arte que queremos? Uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. João Pessoa: Editora Universitária CCHLA-PPGE, 2001, p. 163-170.

PENNA, Maura. Educação musical e educação integral: a música no programa mais educação. *Revista da ABEM*. Londrina. v. 19, n. 25, p. 141-152, 2011.